SUMÁRIO

*Capítulo I – **NOÇÕES INTRODUTÓRIAS***

1. Tutela jurisdicional 11
2. A ineficiência do sistema 14
3. A busca de alternativas 17
4. A via jurisdicional e a plena realização dos direitos 19
5. As tutelas diferenciadas 25
6. Justificativas para adoção de tutelas sumárias 27

*Capítulo II – **NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE A TUTELA CAUTELAR*** 30

*Capítulo III – **BREVE ESTUDO DE DIREITO COMPARADO***

1. A tutela cautelar nos ordenamentos estrangeiros 36
2. A tutela sumária no Brasil e na Itália: comparação 49
3. A tutela sumária no Brasil, na Alemanha e na França: comparação. 57
4. A tutela sumária nos países da "common law": comparação 60

*Capítulo IV – **GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL***

1. Tutela jurisdicional e direito constitucional de ação 64
2. Direito de ação: perspectiva constitucional 67
3. A garantia do devido processo constitucional 71
4. A garantia constitucional de ação e o resultado do processo. O acesso efetivo ao processo e à ordem jurídica justa 75
5. A efetividade como conteúdo da garantia constitucional da ação. Visão bilateral do fenômeno 79
6. A tutela cautelar como garantia constitucional 85
7. A tutela cautelar e o Poder Público 90
8. A tutela cautelar e os valores constitucionais conflitantes 94

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. O juiz e o contraditório 97
10. O direito de ação, a inércia da jurisdição e o contraditório 98
11. O contraditório e as questões de ordem pública 101

*Capítulo V – **TUTELAS SUMÁRIAS***

1. As modalidades de tutela jurisdicional 106
2. A efetividade da tutela condenatória: sentença executiva ou executiva "lato sensu" e sentença mandamental 107
3. Tutelas satisfativas 113
4. Técnicas para obtenção da tutela satisfativa 114
5. O tempo e a efetividade do processo 119
6. Cognição sumária e cognição plena 121
7. Tutela sumária 122
8. Tutela cautelar 124
9. Tutela cautelar: premissas 126
10. Antecipação de efeitos da tutela final e tutela sumária 131
11. Ainda sobre as técnicas antecipatórias 136
12. Identificação da tutela cautelar: relevância 140
13. Instrumentalidade da tutela cautelar 143
14. A tutela cautelar: seu conteúdo e sua função no sistema processual 148
15. Estrutura da tutela cautelar: a provisoriedade 152
16. Revogabilidade da tutela cautelar 156
17. Insuficiência do critério funcional para caracterização da tutela sumária cautelar 160
18. Tutelas de urgência 164
19. Classificação da tutela cautelar 168
20. O mérito da tutela cautelar 171
21. Tutela cautelar e "periculum in mora" 172
22. Tutela cautelar e tutela preventiva 174
23. Identificação do "periculum in mora" 178
24. Tutela cautelar e intensidade do perigo 180
25. O perigo, a tutela cautelar (genérica e específica) e a tutela sumária 183
26. Tutela cautelar e relação material 186
27. A instrumentalidade hipotética 191
28. Tutela cautelar: terceiro gênero? 194
29. Cautelar antecipatória e tutela principal 202
30. Tutela cautelar: acolhimento e rejeição da pretensão substancial 203
31. Cautelar satisfativa: suposta antinomia 206
32. O caráter satisfativo da tutela jurisdicional 211
33. Satisfatividade e referibilidade 217
34. A correta compreensão da técnica cautelar 220

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

35. Poder geral de cautela 228
36. Tutela cautelar e eficácia imediata de atos judiciais sujeitos a impugnação 234
37. Tutela cautelar: síntese conclusiva 236
38. Tutela sumária e satisfativa: falsa cautelar 240
39. Insuficiência da tutela cautelar 245
40. Tutela sumária: cautelar e não cautelar 249
41. Tutela sumária não cautelar 257
42. Classificação das tutelas jurisdicionais 267
43. Provisoriedade das tutelas sumárias cautelares e não cautelares 269
44. Tutela sumária não cautelar e imutabilidade do provimento 272
45. Tutela sumária urgente e irreversível 273
46. O perigo de dano concreto e o dano marginal 276
47. A opção entre as modalidades de tutela sumária 277
48. Observações críticas sobre a generalização da tutela sumária não cautelar 281
49. Tutela sumária não cautelar: via excepcional de solução de controvérsias 283
50. Tutela sumária definitiva: o perigo da radicalização 295

*Capítulo VI – **TUTELA ANTECIPADA***

1. Considerações introdutórias 300
2. A generalização da tutela antecipada 301
3. Medida liminar e antecipação de efeitos da tutela final 303
4. A antecipação da tutela jurisdicional no sistema processual brasileiro 305
5. A doutrina brasileira e a natureza jurídica da tutela antecipada 306
6. Novas considerações sobre a natureza jurídica da tutela antecipada 309
7. Tutela antecipada e cautelaridade 312
8. Antecipação incidental de efeitos da tutela jurisdicional 314
9. Antecipação de efeitos da tutela e procedimento autônomo 316
10. Tutela antecipada: provisoriedade, instrumentalidade e satisfatividade 317
11. Divergência terminológica 319
12. Tutela antecipada e tutela final 321
13. Tutela cautelar conservativa e antecipada 323
14. A opção pela tutela sumária não cautelar 324
15. Utilidade da distinção 328
15A. Estabilização da tutela antecipada 330
15A.1 Antecipação prévia e incidental 336

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15A.2 A tutela antecipada e o eventual processo de cognição exauriente 338
15A.3 A nova configuração da tutela antecipada 339
15A.4 Síntese da proposta 347
16. Tutela antecipada: hipóteses legais 351
17. Antecipação determinada pelo perigo de dano (CPC, art. 273, I) 353
18. Antecipação determinada pelo abuso do direito de defesa (art. 273, II) 355
19. Pretensão parcialmente incontroversa 361
20. A tutela de urgência e a tutela de evidência 363
21. Verossimilhança e prova inequívoca 366
22. Tutela antecipada e reversibilidade dos efeitos 371
23. Tutela antecipada e efeitos irreversíveis 373
24. Tutela antecipada: satisfatividade e irreversibilidade 383
25. A discricionariedade judicial 385
26. Legitimidade para postular a antecipação 387
27. Antecipação limitada aos efeitos do provimento final 388
28. Tutela antecipada e natureza da tutela final 394
29. Tutela antecipada e julgamento antecipado 398
30. Momento da antecipação, natureza da decisão e recurso 399
30A. Eficácia imediata da decisão antecipatória: aparente paradoxo 407
30B. Indeferimento da antecipação e procedência do pedido 411
31. Tutela antecipada "ex officio" 412
32. Tutela antecipada e adstrição 415
33. Fungibilidade 417
34. Antecipação de tutela e contraditório 421
35. Efetivação da tutela antecipada 429
36. Tutela antecipada e sentença de improcedência 431
37. Tutela antecipada e caução 435
38. Tutela antecipada e execução provisória 438

*Capítulo VII – **CONCLUSÃO*** 444

BIBLIOGRAFIA 451

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br